

REPORTAGEM ESPECIAL · INVESTIGAÇÃO COMPLETA

ARGENTINA EM DISPUTA: O MAPA COMPLETO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

RIGI, lítio, Vaca Muerta, terras e Peter Thiel, urânio e a CNEA, Estados Unidos, Israel, as Malvinas e a trama societária por trás do Sea Lion, o pacto naval do Atlântico Sul, e o debate sobre a existência de um plano coordenado – atualizado em 22 de julho de 2026

Fontes oficiais, judiciais, empresariais, acadêmicas e jornalísticas, em espanhol, inglês e hebraico. Fatos e interpretações sinalizados separadamente ao longo de todo o documento. Um olhar argentino.

ÍNDICE

1. Resumo executivo
2. O RIGI: a porta de entrada do capital estrangeiro
3. Lítio, Vaca Muerta e as comunidades originárias
4. Terras e a Patagônia: o caso Thiel
5. Urânio e o desmonte da CNEA
6. Estados Unidos: swap, tarifas e minerais críticos
7. Israel: os Acordos Isaac e o aceno sobre as Malvinas
8. Malvinas e Sea Lion: o projeto petrolífero
9. Quem são os donos do Sea Lion: JHI Associates e Navitas Petroleum
10. A pesca ilegal chinesa e a milha 201
11. Plano coordenado ou convergência de interesses? O debate a fundo
12. Verificação adversarial: o que refuta e o que matiza
13. O discurso do "saque" e a contranarrativa
14. Recomendações editoriais
15. Glossário

1. RESUMO EXECUTIVO

CONFIRMADO COM FONTE OFICIAL OU PRIMÁRIA

- O RIGI acumula, em 11 de julho de 2026, 20 projetos aprovados por US\$ 46 bilhões e outros 21 em estudo, quase tudo em mineração e hidrocarbonetos.
- Argentina e EUA assinaram, em 4-5 de fevereiro de 2026, o Acordo de Comércio e Investimento Recíprocos (ARTI), que compromete a Argentina a priorizar os EUA em minerais críticos "acima de economias que manipulam o mercado" (eufemismo para a China) e a excluir fornecedores chineses de espaço, 5G e energia nuclear.
- O projeto petrolífero Sea Lion (Malvinas), da Navitas Petroleum (Israel, 65%) e da Rockhopper (Reino Unido, 35%), teve sua Decisão Final de Investimento em 10 de dezembro de 2025 e está em construção; o primeiro petróleo só deve sair em 2028. Sem capital chinês.
- Argentina e o Comando Sul dos EUA assinaram em maio de 2026 um pacto naval de cinco anos para patrulhar o Atlântico Sul ("Protecting Global Commons"), sem menção às Malvinas nem aos recursos.
- Um memorando interno vazado do Pentágono (abril de 2026) propôs revisar o apoio a "possessões imperiais europeias" como as Malvinas — mas como represália a aliados da OTAN pela guerra com o Irã, não como parte de uma troca por recursos.
- Peter Thiel comprou uma mansão em Barrio Parque por cerca de US\$ 12 milhões. Não há registro de compra de terras patagônicas em seu nome.

O QUE É INTERPRETAÇÃO OU CONVERGÊNCIA, NÃO UM PLANO ÚNICO COMPROVADO

- Não existe um documento único que amarre formalmente minerais + urânio + terras + Malvinas + Antártida como uma estratégia declarada num só instrumento.
- Está documentada, sim, uma convergência deliberada e crescente entre Milei, Trump e Netanyahu, com um eixo comum explícito: reduzir a influência da China.
- O projeto Sea Lion gerou atrito real entre Argentina e Israel (a suspensão da mudança da embaixada para Jerusalém) — o oposto de uma coordenação fluida.

2. O RIGI: A PORTA DE ENTRADA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

O Regime de Incentivo a Grandes Investimentos nasceu com o Título VII da Lei 27.742 ("Lei de Bases", julho de 2024), regulamentado pelo Decreto 749/2024. Destina-se a projetos acima de US\$ 200 milhões em oito setores: energia, mineração, petróleo e gás, infraestrutura, tecnologia, siderurgia, silvicultura e turismo. Oferece, por 30 anos: redução do imposto sobre lucros de 35% para 25%, isenção de direitos de exportação, estabilidade fiscal e cambial, e arbitragem no CIADI.

Data	Projetos aprovados	Valor acumulado	Fonte
Fev. 2026	10	US\$ 25,479 bi	argentina.gob.ar
11 jul. 2026	20 (+21 em estudo)	US\$ 46 bi	Luis Caputo, X
30 jun. 2026	+1 (Rincón de Aranda)	+US\$ 4,521 bi	Infobae / Diário Oficial

A Fundar alertou sobre o "Súper RIGI" (limite de US\$ 1 bi, alíquota de 15%):

"um investimento que não deixa impostos, não traz divisas e não gera emprego local"

— seu diretor, Martín Reydó, perguntou o que a Argentina ganha "além do anúncio". O governo responde que a estabilidade jurídica é o único caminho para atrair capital num mundo que disputa esses investimentos.

A DISTÂNCIA ENTRE ANÚNCIO E REALIDADE

Dos 35 projetos apresentados ao RIGI por US\$ 81,104 bi (ago. 2024–abr. 2026), apenas 15 foram aprovados (US\$ 29,025 bi), e o ingresso líquido de divisas efetivamente recebido foi de apenas US\$ 762 milhões até março de 2026 (Banco Central / Chequeado). A "chuva de investimentos" prometida não chegou na magnitude anunciada.

3. LÍTIO, VACA MUERTA E AS COMUNIDADES ORIGINÁRIAS

A Argentina integra o "triângulo do lítio" com Bolívia e Chile (Catamarca, Salta, Jujuy). A Rio Tinto concluiu, em março de 2025, a compra da Arcadium Lithium (~US\$ 6,7 bi), tornando-se a principal produtora do país (Fénix em Catamarca, Olaroz em Jujuy, Rincón em Salta — este último aprovado no RIGI por US\$ 2,7 bi). Também operam no país a POSCO, a chinesa Ganfeng Lithium e a Galán Lithium.

Em outubro de 2025, a Corte Suprema aceitou sua competência originária na ação movida por comunidades de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc (com a FARN) contra Salta, Jujuy e o Estado nacional, por avançar projetos de mineração sem garantir a consulta prévia, livre e informada. Em Catamarca, a Comunidade Atacameños del Altiplano obteve, em 2024, uma decisão sobre dano ambiental no rio Los Patos, revertida em 2025 e hoje sob recurso — um litígio em aberto. A especialista Pía Marchegiani (FARN) sustentou que as reformas do RIGI "diluem qualquer processo de diálogo social e de consulta indígena".

Em Vaca Muerta, o oleoduto Vaca Muerta Oil Sur (VMOS) foi aprovado no RIGI em março de 2025 por até US\$ 2,9 bi (YPF, PAE, Vista, Pluspetrol, Pampa Energía, com Chevron e Shell como acionistas). Em maio de 2026, a YPF apresentou o projeto LLL Oil, de US\$ 25 bi — o maior já registrado no regime. Em 30 de junho de 2026, foi aprovado o Rincón de Aranda (Pampa Energía), por US\$ 4,521 bi.

4. TERRAS E A PATAGÔNIA: O CASO THIEL

A Lei 26.737 (2011) limita a 15% a propriedade estrangeira de terras rurais. Milei tentou revogá-la por meio do Decreto de Necessidade e Urgência 70/2023; uma liminar originada numa ação movida pelo Centro de Ex-Combatentes das Ilhas Malvinas (CECIM) a mantém em vigor, com o caso agora na Corte Suprema. Em dezembro de 2025, o Conselho de Maio propôs eliminar as restrições para particulares estrangeiros. Segundo o Observatório de Terras (CONICET/UBA), mais de 13 milhões de hectares — quase 5% do território — pertencem a empresas ou Estados estrangeiros, superando os 15% em 36 municípios.

O QUE É ANTERIOR A MILEI

A estrangeirização patagônica é um processo anterior: o Grupo Benetton (~900 mil ha desde 1991), Joe Lewis (Lago Escondido, desde 1996) e o conglomerado estatal chinês Heilongjiang (330 mil ha em Río Negro) compraram antes desta gestão, sob "direitos adquiridos" respeitados pela própria lei de 2011.

Afirmação sobre Thiel	Situação
Reunião com Milei na Casa Rosada (23/04/2026)	Confirmado
Compra de mansão em Barrio Parque, ~US\$ 12 mi	Confirmado (Ámbito)
Compra de fazendas/estâncias patagônicas	NÃO confirmado — boato no condicional
"Laboratório de IA sem regras" na Patagônia	NÃO confirmado — mídia de opinião militante

5. URÂNIO E O DESMONTE DA CNEA

O acordo estratégico de fevereiro de 2026 cita explicitamente o urânio; a Argentina se comprometeu a não comprar reatores, varetas de combustível nem urânio enriquecido "de determinados países" (Rússia/China). O orçamento de 2026 da CNEA é 58% menor em termos reais que o de 2023; a execução em ciência e tecnologia caiu para 0,16% do PIB, a mais baixa em 50 anos. O CAREM-25 — primeiro reator modular de projeto inteiramente nacional, com US\$ 690 milhões investidos e 80% da obra civil concluída — foi paralisado no início de 2025; a Techint interrompeu os trabalhos e cerca de 500 operários ficaram sem emprego. A INVAP se retirou do projeto de enriquecimento a laser LASIE por falta de recursos.

Scott Bessent declarou à Fox News:

"A Argentina é rica em urânio. Eles estão comprometidos com a entrada de empresas privadas americanas"

. A Argentina tem cerca de 40 mil toneladas de reservas de urânio, contra um consumo de apenas 220 toneladas por ano, hoje importadas do Cazaquistão. O especialista Nicolás Malinovsky interpreta que a política busca desarticular capacidades locais para forçar a compra de tecnologia americana — uma leitura crítica apoiada em dados orçamentários verificáveis, mas não em nenhum documento que declare isso como objetivo.

6. ESTADOS UNIDOS: SWAP, TARIFAS E MINERAIS CRÍTICOS

O Tesouro de Bessent estruturou um swap de US\$ 20 bilhões com o Banco Central argentino (outubro de 2025); o BCRA sacou apenas US\$ 2,534 bi e os cancelou em janeiro de 2026. Trump condicionou explicitamente a ajuda ao resultado eleitoral:

"se ele perder, não seremos generosos com a Argentina"

(14/10/2025). Em 4-5 de fevereiro de 2026, foi assinado o ARTI: elimina tarifas sobre 1.675 produtos argentinos, e a Argentina assume compromissos em propriedade intelectual, comércio digital e segurança econômica.

O QUE O TEXTO DO ARTI DIZ, LITERALMENTE

O Anexo III obriga a Argentina a acelerar ("fast tracking") projetos via RIGI e a "priorizar os Estados Unidos... acima de economias ou empresas que manipulam o mercado" em cobre e lítio. Compromete também cooperação com especialistas técnicos dos EUA sobre instalações espaciais operadas por outros países (referência à base chinesa em Neuquén) e exclusão de fornecedores de 5G/6G que "comprometam" a segurança. O texto NÃO menciona as Malvinas, o Atlântico Sul nem a Antártida em nenhuma cláusula.

Bessent disse à Fox News que Milei "está comprometido a tirar a China da Argentina". O Wall Street Journal noticiou negociações para ampliar o acesso dos EUA ao urânio argentino. A China continua sendo a maior compradora de lítio argentino (43% das exportações em 2023).

7. ISRAEL: OS ACORDOS ISAAC E O ACENO SOBRE AS MALVINAS

Em abril de 2026, Milei e Netanyahu assinaram em Jerusalém os "Acordos Isaac" — modelados sobre os Acordos de Abraão —, com embaixada argentina em Jerusalém, voos diretos da El Al e uma linha de crédito israelense de US\$ 150 milhões. Após o protesto argentino pela FID do Sea Lion (dezembro de 2025), o chanceler israelense Gideon Sa'ar reconheceu perante a ONU a existência da disputa de soberania pelas Malvinas — um gesto que o chanceler argentino Pablo Quirno agradeceu publicamente.

8. MALVINAS E SEA LION: O PROJETO PETROLÍFERO

O Sea Lion, descoberto em 2010 pela Rockhopper 220 km ao norte das Malvinas, passou às mãos da Navitas Petroleum (Israel, 65% e operação desde 2021-22); a Rockhopper (Reino Unido) mantém 35%. Reservas: 917 milhões de barris de recursos 2C (NSAI, junho de 2025). FID em 10/12/2025; financiamento de US\$ 1,8-2,1 bi (US\$ 650 mi Navitas + US\$ 350 mi Rockhopper em dívida sênior). O FPSO Aoka Mizu está sendo modernizado — a Navitas mudou essas obras do Oriente Médio para a Ásia por causa do conflito com o Irã, somando US\$ 45 milhões. Perfuração a partir de 2027; primeiro petróleo em março de 2028, pico de 50 mil a 55 mil barris/dia. Em janeiro de 2026, a Navitas também avançou sobre a licença adjacente PL001 (com a canadense JHI), com recursos prospectivos de até 3,1 bilhões de barris.

NENHUM RASTRO DE CHINA

Não há evidência de bancos, sócios ou investidores chineses no Sea Lion nem na PL001. Todos os atores identificados são israelenses, britânicos, canadenses e americanos.

A Rockhopper foi sancionada em 2012-13 e a Navitas em 2022 por operar sem autorização argentina. O Ministério das Relações Exteriores protestou formalmente em dezembro de 2025, e novamente em abril e junho de 2026. Milei reafirmou a soberania em 2 de abril de 2026, anunciou a compra de 24 caças F-16 e prometeu "todas as medidas diplomáticas necessárias" — mas condicionou qualquer recuperação à vontade dos habitantes das ilhas.

O PONTO CRÍTICO

Apesar da retórica, o governo não abriu nenhuma nova ação judicial em Tierra del Fuego contra a Navitas ou a Rockhopper desde a FID. A única denúncia formal partiu do governo provincial de Tierra del Fuego junto ao órgão regulador do mercado de capitais de Israel, não do governo nacional.

ESTADOS UNIDOS

Neutralidade histórica reafirmada após o vazamento do memorando Colby (abril de 2026). Rubio minimizou: "as pessoas se empolgaram demais com um e-mail".

REINO UNIDO

Sem mudanças: a soberania "pertence ao Reino Unido"; prevalece a autodeterminação dos habitantes das ilhas.

ISRAEL

Reconheceu a disputa de soberania (dez. 2025), mas se distanciou da Navitas como ator estatal.

"Micro Dubai": o que diz a imprensa britânica

O Telegraph (7 de abril de 2026, republicado pelo Yahoo News UK) publicou a manchete

"The Falklands are quietly turning into a micro Dubai"

("As Malvinas estão silenciosamente se tornando uma micro Dubai"): compara a riqueza per capita das ilhas (~£ 85 mil/ano, via licenças de pesca, hoje 60% do PIB) com os Estados do Golfo, e projeta que o Sea Lion poderia somar até £ 3 bilhões a um fundo soberano nas próximas décadas. É uma metáfora editorial sobre desigualdade social e riqueza concentrada — não um anúncio oficial de "avanço" de infraestrutura ao estilo Dubai por parte da Navitas ou do governo britânico.

Julho de 2026: o episódio do HMS Medway e a Copa do Mundo

Em 13 de julho de 2026, a Argentina protestou pelo trânsito do patrulheiro HMS Medway por suas águas territoriais sem a devida notificação. Após a vitória da Argentina por 2 a 1 sobre a Inglaterra na semifinal da Copa do Mundo, os jogadores estenderam uma faixa com a frase "As Malvinas são argentinas"; o Reino Unido pediu à FIFA que investigasse. Milei minimizou: "foi só uma partida de futebol".

9. QUEM SÃO OS DONOS DO SEA LION: JHI ASSOCIATES E NAVITAS PETROLEUM

Por trás do Sea Lion há duas empresas privadas cuja estrutura societária raramente é explicada. A **Navitas Petroleum LP** é uma sociedade limitada israelense (sede em Herzliya, listada na Bolsa de Tel Aviv) controlada por seu presidente executivo e maior acionista individual, **Gideon Tadmor** (cerca de 9-12% das ações), cofundador ao lado de Koby Katz, ex-diretor-geral do Ministério israelense de Infraestrutura Nacional, Energia e Água. Tadmor fundou anteriormente a Avner Oil e presidiu a Delek Drilling/NewMed, ligada às grandes descobertas de gás israelenses de Tamar e Leviathan. O restante do capital da Navitas está com fundos institucionais israelenses (Migdal, Harel, Phoenix, Shlomo Eliahu Holding) e com o público investidor israelense.

A **JHI Associates, Inc.** — e não "JHY", como costuma ser mal ouvido — é uma petrolífera privada canadense com sede em Toronto, fundada entre 2011 e 2014. Sua participação de 35% na licença PL001 (adjacente ao Sea Lion) é mantida por meio de sua subsidiária integral, a **JHI Falkland (JHIF)**. Seus dirigentes incluem John Cullen (CEO), Richard Boyce (ex-chefe de Geofísica da Hunt Oil) e, em especial, **Fred Cedoz**, presidente da JHI: advogado especializado em energia que foi vice-presidente da consultoria de "inteligência energética" GWEST LLC (Washington DC), cujos clientes — segundo o próprio site da empresa — incluíram o Departamento de Energia dos EUA e os governos da Nigéria, do Equador e do Congo. A JHI também detém 17,5% de um bloco petrolífero na Guiana operado pela ExxonMobil. Ao fechar esta investigação, a JHI está sendo totalmente absorvida pela canadense **Eco (Atlantic) Oil & Gas Ltd.**, numa operação de troca de ações de ~US\$ 52,3 milhões, com Ordem Final obtida na Justiça de Ontário em 15 de maio de 2026.

O VÍNCULO PROFISSIONAL MAIS CONCRETO ENCONTRADO

O escritório internacional **Sidley Austin LLP** assessorou o banco que liderou o financiamento de US\$ 1 bilhão do Sea Lion (US\$ 650 mi para a Navitas, US\$ 350 mi para a Rockhopper), segundo seu próprio comunicado de fevereiro de 2026. A Sidley é, ao mesmo tempo, um escritório de elite com prática ativa em projetos de energia e infraestrutura em toda a América Latina. É um vínculo real do "mesmo círculo de assessores globais" — mas não há evidência de que a Sidley esteja envolvida em algum projeto específico do RIGI argentino nem no acordo de minerais críticos com os EUA.

Também se confirmou que a **Rockhopper Exploration** (sócia britânica da Navitas no Sea Lion, com 35%) tem acionistas israelenses próprios, separados da Navitas: os fundos Noked Capital (~9,16%) e os Brosh Funds, geridos pela Exodus Management Israel (~6%), além da ION Asset Management (Israel). Isso mostra que a presença de capital israelense no negócio petrolífero das Malvinas é mais ampla do que apenas a participação da Navitas.

O QUE NÃO FOI ENCONTRADO

Nem a JHI nem a Navitas têm investimentos, licenças ou interesses declarados na Argentina continental (lítio, Vaca Muerta, urânio). Também não foi encontrada evidência de que o Estado de Israel garanta financeiramente o projeto (não há indícios de participação da ASHRA, a seguradora estatal de risco de exportação israelense) nem de sobreposição de diretores entre essas empresas e as que operam sob o RIGI. A identidade exata do banco que liderou o financiamento do Sea Lion continua sem ser divulgada publicamente.

10. A PESCA ILEGAL CHINESA E A MILHA 201

Segundo relatório de Milko Schwartzman (Círculo de Políticas Ambientais, junho de 2026), 63,1% da frota argentina de captura de lula (53 de 84 embarcações) é controlada por, ou tem beneficiários finais na, China. A pesca ilegal na milha 201 movimentou perto de US\$ 1 bilhão por ano. O pacto naval com o Comando Sul ("Protecting Global Commons Program", assinado em 18/05/2026 por cinco anos) busca justamente que a Marinha dos EUA ajude a patrulhar a ZEE argentina — sem mencionar as Malvinas nem os recursos em seu texto público, uma omissão que a própria oposição apontou como chamativa.

11. PLANO COORDENADO OU CONVERGÊNCIA DE INTERESSES? O DEBATE A FUNDO

A leitura mais rigorosa — de Federico Merke (Carnegie Endowment, CONICET, abril de 2026) — descreve a política externa de Milei como uma "aposta geopolítica concentrada" baseada num alinhamento ideológico personalista com Trump e Netanyahu, e rejeita explicitamente a tese do plano mestre coordenado:

"a Argentina não está se alinhando com os Estados Unidos como ator estratégico duradouro; está se alinhando com um momento político, uma facção, um temperamento"

O CSIS enquadra a Argentina como "oportunidade de realinhamento geopolítico" em lítio, cobre e pesca. O Congressional Research Service confirma que os EUA "engajaram o governo Milei através de diversos mecanismos bilaterais... especialmente relacionados a minerais críticos". O Chatham House pondera: apesar da afinidade com Trump, Milei também apoiou o acordo Mercosul-UE, sinal de que não há subordinação monolítica.

Do lado crítico, o Transnational Institute oferece a análise documental mais sólida: o ARTI "transforma o RIGI num megatratado de proteção de investimentos", com um componente geopolítico antichinês explícito; observa que, embora o título diga "recíproco", quase todas as obrigações recaem sobre a Argentina, negociadas em segredo em apenas três meses.

12. VERIFICAÇÃO ADVERSARIAL: O QUE REFUTA E O QUE MATIZA

Uma segunda rodada de pesquisa, desenhada especificamente para testar a hipótese de "convergência sem plano explícito" — buscando ativamente evidências contrárias, não apenas a favor —, encontrou elementos que a matizam em ambas as direções.

O que APROXIMA a evidência de um plano mais explícito

- **O texto do ARTI, lido cláusula por cláusula**, vai além do tarifário: obriga a Argentina a cooperar com "especialistas técnicos" dos EUA sobre instalações espaciais operadas por outros países — referência direta à base chinesa de Neuquén, ligada ao Exército de Libertação Popular —, a excluir fornecedores de 5G/6G que "comprometam a segurança", e a não comprar reatores, varetas de combustível nem urânio enriquecido "de determinados países" (eufemismo para Rússia/China). Nenhuma cláusula, porém, menciona as Malvinas, o Atlântico Sul ou a Antártida.
- **O memorando Colby** (vazado à Reuters por um funcionário anônimo, 24/04/2026): Elbridge Colby, subsecretário de Defesa dos EUA, propôs num e-mail interno "reavaliar o apoio diplomático a possessões imperiais europeias como as Falklands" e até suspender a Espanha da OTAN — mas como represália a aliados que negaram acesso para a guerra com o Irã, sem menção a minerais nem à Argentina como beneficiária. O secretário de Estado Rubio rebaixou o episódio: "as pessoas se empolgaram demais com um e-mail".
- **O pacto naval "Protecting Global Commons Program"** (assinado em 18/05/2026 pela Marinha argentina e pelo Comando Sul dos EUA por cinco anos): coordenação militar bilateral real sobre o Atlântico Sul, com sensores, aviões de patrulha e drones — embora seu texto público também não mencione as Malvinas nem os recursos.

O que REFUTA uma coordenação tripartite fluida

- A FID do Sea Lion gerou atrito real e verificável: a Argentina congelou a mudança de sua embaixada para Jerusalém por causa do desagrado com o projeto petrolífero israelense (Canal 12/N12, janeiro de 2026); o próprio chanceler Gideon Sa'ar precisou reconhecer publicamente "os sentimentos difíceis que isso causou na Argentina".
- A FID da Navitas respondeu a uma lógica de capital privado — o mesmo modelo que a empresa já havia testado no Leviathan (Israel) e no Shenandoah (Golfo do México, financiado pelo Société Générale) —, não a uma decisão do Estado israelense.
- Nenhum especialista independente com credenciais verificáveis (Carnegie, CSIS, Chatham House) sustenta a tese de um plano "deliberado e coordenado" tripartite; ela fica restrita a vozes da oposição argentina e à mídia de opinião.

O PRECEDENTE HISTÓRICO QUE DE FATO EXISTE (E SEU LIMITE)

O caso do Chile em 1970-73 mostra que os EUA negaram coordenação durante décadas até que a desclassificação de cerca de 23 mil documentos (1999-2000) confirmasse a coordenação secreta Nixon-Kissinger com o Brasil para derrubar Allende. Isso justifica o ceticismo metodológico diante de negações oficiais. Mas aquela coordenação era encoberta justamente porque era ilegal (golpes, violência); a atual relação EUA-Argentina é, em grande medida, aberta e contratual — o ARTI está publicado, o pacto naval foi anunciado com signatários e data. A abertura não descarta um plano oculto em paralelo, mas reduz sua probabilidade.

Arquivos britânicos desclassificados mostram, além disso, que Israel vendeu secretamente armamento (caças Nesher/Dagger, cerca de US\$ 1 bilhão) à ditadura argentina durante e depois da Guerra das Malvinas de 1982 — o papel histórico inverso ao atual: naquela época, Israel ajudou a Argentina contra o Reino Unido; hoje, uma empresa israelense (a Navitas) é quem gera o atrito com a Argentina do outro lado do tabuleiro.

13. O DISCURSO DO "SAQUE" E A CONTRANARRATIVA

Setores da oposição, sindicatos, organizações piqueteiras e ambientais, e veículos como o El Destape usam o termo "saque" para descrever o conjunto RIGI + reforma de terras + acordos com os EUA. É um julgamento político sustentado por dados reais (concentração extrativista, renúncia fiscal, cessão de jurisdição a tribunais estrangeiros), mas que excede o que as fontes permitem afirmar como um plano coordenado e explícito entre todos os atores mencionados.

Defensores do modelo sustentam que as províncias cobram royalties (~3%), que a lei exige 20% de fornecedores locais, e que sem a extração de recursos "seria um mundo sem energia, sem alimentos e sem tecnologia". O debate real, argumentam, é como extrair com regras claras, não se extrair ou não.

A FORMULAÇÃO MAIS PRECISA

Não há um plano mestre único e secreto documentado. Há, sim, uma convergência deliberada, crescente e cada vez mais institucionalizada — RIGI + ARTI + pacto naval + swap condicionado + Acordos Isaac — entre Milei, Trump e Netanyahu, com um eixo comum explícito: reduzir a influência da China. A palavra "saque" é uma interpretação política; os mecanismos concretos (RIGI, ARTI, estrangeirização, desmonte nuclear, atrito pelas Malvinas) são, sim, verificáveis.

14. RECOMENDAÇÕES EDITORIAIS

- **Separar sempre fato de interpretação**, com atribuição explícita.
- **Não afirmar um "plano de saque" coordenado como fato consumado** — descrever os mecanismos verificáveis (RIGI, ARTI, pacto naval, atrito diplomático) e deixar que o padrão fale, citando quem de fato sustenta a leitura do "saque" como uma interpretação, não como verdade jornalística própria.
- **Acompanhar marcos concretos**: início da perfuração no Sea Lion (2027), status da mudança da embaixada para Jerusalém, aprovação legislativa do ARTI e do Súper RIGI, e se a Argentina judicializa em Tierra del Fuego.
- **Sinalizar a desinformação sobre Thiel** e sobre "a nova Dubai" (é "micro Dubai", metáfora de um veículo britânico, não um anúncio de infraestrutura).

15. GLOSSÁRIO

RIGI

Regime de Incentivo a Grandes Investimentos: benefícios fiscais e cambiais por 30 anos para projetos acima de US\$ 200 milhões.

ARTI

Acordo de Comércio e Investimento Recíprocos entre Argentina e EUA, assinado em fevereiro de 2026.

FID

Decisão Final de Investimento: o ponto em que um projeto passa do planejamento à construção efetiva.

FPSO

Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo.

CNEA

Comissão Nacional de Energia Atômica, órgão argentino responsável pelo desenvolvimento nuclear.

CAREM-25

Reator modular de projeto inteiramente argentino, hoje paralisado.

Lei 26.737

Lei de Terras Rurais (2011): limita a 15% a propriedade estrangeira de terras rurais.

Triângulo do lítio

Região compartilhada por Argentina, Bolívia e Chile, com boa parte das reservas mundiais de lítio.

Milha 201

Limite da Zona Econômica Exclusiva argentina, área de pesca ilegal recorrente por frotas estrangeiras.

Acordos Isaac

Marco de cooperação Argentina-Israel assinado em abril de 2026, modelado sobre os Acordos de Abraão.

Protecting Global Commons Program

Pacto naval de cinco anos entre a Marinha argentina e o Comando Sul dos EUA para patrulhar o Atlântico Sul.

Memorando Colby

E-mail interno vazado do Pentágono (abril de 2026) que propôs rever o apoio à soberania britânica sobre as Malvinas como represália pela falta de apoio dos EUA na guerra com o Irã.

JHI Associates

Petrolífera privada canadense com 35% da licença PL001 nas Malvinas (via sua subsidiária JHI Falkland), em processo de ser absorvida pela Eco (Atlantic) Oil & Gas.

Navitas Petroleum

Sociedade limitada israelense que opera 65% do Sea Lion e da licença PL001, controlada por seu fundador Gideon Tadmor.

Sidley Austin LLP

Escritório internacional que assessorou o financiamento de US\$ 1 bilhão do Sea Lion; tem prática ativa em projetos de energia em toda a América Latina.

ASHRA

Seguradora estatal israelense de risco de crédito à exportação; não foi encontrada evidência de que garanta o financiamento do Sea Lion.